

A SUBIDA DE CLÍTICOS E O ESTATUTO DO COMPLEMENTO DE VERBOS CAUSATIVOS DO PORTUGUÊS CLÁSSICO

Aroldo Leal DE ANDRADE¹

RESUMO: A subida de clíticos consiste no posicionamento de um pronome clítico semanticamente dependente de um verbo não-finito junto a um verbo superior. Este trabalho tem por objetivo descrever sua ocorrência no âmbito de predicados causativos do português clássico, que podem formar, juntamente com um infinitivo, a construção de “união de orações”. Para tanto, cerca de setecentas sentenças com verbos causativos obtidas a partir do corpus Tycho Brahe foram classificadas quanto ao tipo de construção, ou seja, se manifestam um predicado complexo, marcação excepcional de caso ou ambiguidade entre as duas opções. Os resultados mostram que a proporção de sentenças indubitavelmente formadoras de predicado complexo diminui com o tempo, fato que deve ser atribuído à perda de um sistema V2 no início do século XVIII, que levou à preferência pela construção ECM, em que o infinitivo apresenta uma posição fixa para o sujeito.

Palavras-chave: Subida de clíticos; Português clássico; Infinitivos; Verbos causativos; ECM.

ABSTRACT: Clitic climbing consists of the positioning of a clitic pronoun semantically dependent on a non-finite verb together with a higher verb. This work aims at describing its occurrence in Classical Portuguese causative predicates, which can form, together with an infinitive, the clause union construction. In order to do so, about 700 sentences with causative verbs obtained from the Tycho Brahe Corpus were classified according to the type of construction, it means, whether they manifest a complex predicate, Exceptional Case Marking or ambiguity between both options. The results show that the proportion of sentences undoubtedly forming a complex predicate decreases with time, which should be attributed to the loss of V2 in the beginning of the 18th century, which led to the preference for the ECM construction, in which the infinitive shows a fixed subject position.

Keywords: Clitic climbing; Classical Portuguese; Infinitives; Causative verbs; ECM.

1. Introdução

A *subida de clíticos* consiste na manifestação de um clítico pronominal dependente de um predicado não-finito junto a um *verbo regente*, normalmente finito, em contexto de predicado complexo (um predicado formado por mais de um elemento predador na sintaxe). Há duas construções que manifestam subida de clíticos no PE, que correspondem a dois grupos de verbos regentes: a *Reestruturação* e a *União de Orações* (cf. Rizzi 1982; Aissen & Perlmutter 1983[1976]). A primeira construção consiste num tipo de predicado complexo formado por um ou mais verbos auxiliares ou semi-auxiliares (especialmente aqueles com valor modal ou aspectual) e um verbo lexical numa forma não-finita. A segunda construção consiste num predicado complexo formado por um verbo causativo (ou perceptivo) e um verbo no

¹ Doutorando em Linguística (IEL-Unicamp). Agradeço à Fapesp pelo apoio financeiro (bolsa DR 06/50256-8).

infinitivo não-flexionado. A escolha dessa terminologia baseou-se no uso padrão em Portugal (cf. Brito, Duarte & Matos 2003).

- (1) a. O João tinha-a já convidado várias vezes.
b. O João ia-se esquecendo do convite.
- (2) a. O João não a vai provavelmente convidar.
b. O João não a quer convidar.
- (3) a. O patrão mandou-lhes lavar o chão antes de saírem.
b. O pai mandou-o lavar aos empregados antes de saírem.

(BRITO, DUARTE & MATOS 2003: 857 (43)_{a,c}, (45)_a, (46)_a, (48)_a; 860 (55)_a)

As sentenças em (1) incluem verbos auxiliares que selecionam formas participiais e gerundivas, com as quais a subida de clíticos é obrigatória. Em (2), tem-se casos em que o clítico é alçado a partir de um complemento infinitivo selecionado por certos verbos de alçamento ou de controle de sujeito. Enquanto (1) e (2) são incluídas sob o escopo da construção de *Reestruturação*, as sentenças em (3) são ilustrativas da *União de Orações*, em que os pronomes clíticos referentes ao sujeito encaixado devem ocorrer adjacentes ao verbo causativo ou perceptivo, enquanto os clíticos referentes a outros argumentos do domínio encaixado são opcionalmente alçados.

A razão de se manter a distinção entre esses tipos de predicados complexos se deve especialmente à presença de um argumento externo não-correferente no predicado encaixado na construção de “união de orações”. Como esse termo sugere, é em geral necessário demover o argumento externo encaixado para uma posição posterior aos demais argumentos, onde receberá Caso acusativo ou dativo determinado pela transitividade do verbo encaixado (cf. (4)). Isso cria um efeito de adjacência e uma estrutura argumental única para os dois verbos. Outras características têm sido apontadas para diferenciar os verbos que permitem um sujeito encaixado não-correferente dos demais verbos formadores de predicado complexo: a impossibilidade de passivas encaixadas; a restrição à cliticização do objeto indireto do verbo encaixado e a possibilidade de uso do infinitivo flexionado, fatos somente encontrados com os verbos que permitem “união de orações” (cf. (5) a (7), respectivamente).

- (4) a. O João mandou sair *os meninos*. (... mandou-*os* ...)
b. O João mandou comer a sopa *aos meninos*. (... mandou-*lhes* ...)

- (5) a. O João não deixou o Mário apresentar o Pedro nessa noite.
b. *O João não deixou ser apresentado o Pedro pelo Mário nessa noite.
- (6) a. O Zé mandou o Pedro telefonar ao João.
b. *O Zé mandou-lhe telefonar o Pedro.
- (GONÇALVES 1999: 71, 72 (92)a, (93)a, (100), (94)a,b)
- (7) O João mandou os meninos comerem a sopa.

O objetivo do presente trabalho é estudar os predicados causativos no Português Clássico (doravante chamado de PCI), quanto à manifestação de duas construções: a “união de orações” ou a “marcação excepcional de Caso” (ECM em inglês). A partir daí, buscaremos comparar os dados obtidos com os resultados advindos da subida de clíticos em contexto de “reestruturação”, a fim de verificar se uma análise unificada para ambos os fenômenos é plausível de ser apresentada.

2. Metodologia

Realizamos busca por verbos causativos (*deixar*, *mandar* ou *fazer*) seguidos de um infinitivo não-flexionado com um clítico em qualquer das posições possíveis. Para tanto, fizemos uso do software *CorpusSearch* sobre 25 textos morfologicamente anotados disponíveis no *Corpus Tycho Brahe* (confira o Anexo). Em seguida, classificamos as sentenças de acordo com a posição/colocação do clítico (subida ou não-subida; próclise ou ênclise), tipo de verbo regente, tipo e função gramatical do clítico, contextos de colocação de clíticos, texto e tipo de construção.

Quanto ao tipo de construção, levamos em consideração três possibilidades: sentenças que expressam ECM, “união de orações” ou ambiguidade entre essas duas opções.²

² A distinção entre dois subtipos de “união de orações”, denominados a partir das construções *Fazer-Infinitivo* e *Fazer-Por* (conforme a terminologia de Kayne 1975 para o francês), não será feita, pois só é possível se todos os argumentos de um V_{inf} transitivo estiverem expressos, como nos exemplos abaixo:

- (i) a. E logo deram posse daquelas terras ao Governador, que as mandou actualmente tomar por Dom Garcia de Castro, que foi em companhia dos Embaixadores, que lhas foram entregar; (PCI-Couto, 1542).
b. que os prelados das Religiões sejam tais que as façam guardar a seus religiosos, nem consintam que de público ou secreto as contradigam , e se houver algum religioso desobediente nesta parte , seja mandado para fora do Maranhão. (PCI-Vieira-Cartas, 1608).

Em (i), o clítico pronominaliza o argumento interno do V_{inf} e o argumento externo/causado é expresso por um DP que é iniciado pela preposição *por* (ou *de*) na construção *Fazer-por* e pela preposição *a*, na construção *Fazer-infinitivo*.

Na construção de “marcação excepcional de Caso” (ECM), o verbo regente atribui Caso acusativo ao DP argumento externo/causado. Por hipótese, todos os casos de clíticos não-alçados representam casos de ECM, uma vez que a subida do clítico em contexto de “união de orações” é obrigatória. Além disso, quando um clítico referente ao causado é alçado e a marcação de acusativo num DP é visível, a sentença também foi classificada como caso de ECM. Confira os exemplos abaixo:

- (8) a. Quere o Embaixador que o busquem sem advertência para receber um enviado em "roba de chambre" ou *fazer esperá-lo* até se vestir, e quere que, no mesmo tempo, haja outras visitas contra a ordem do ceremonial. (PCI-Brochado, 1651).
- b. e *mandava-a cerzir a baeta*, ao que ele assistia dando a sua sentença, pondo os óculos e colocando-se ao lado da velha numa posição caricata. (PCI-M.^{es} Alorna, 1802).

Seguindo esse raciocínio, há ambiguidade entre ECM e “união de orações” nas seguintes situações, exemplificadas nos exemplos mais abaixo:

- (i) o causado não está expresso por um DP e um clítico de 3^a. pessoa está alçado [V_{inf} é monádico].
- (ii) o causado não está expresso por um DP, e um clítico de 1^a. ou 2^a. pessoa está alçado [V_{inf} é monádico ou diádico].
- (9) Porque a tradição, e a história *a fazem renascer* a cada instante (PCI-Aires, 1705)
- (10) Folgara que *me mandaram fazer* despropósitos tôda a vida e que eu os fizera sem carranca nem esgravatar com o juízo (PCI-Chagas, 1631)

Em outros termos, a ambiguidade surge quando o clítico assume a função gramatical de causado, e não é possível identificar qual dos dois verbos atribui Caso ao clítico: V_{reg} ou V_{inf} , pois, no primeiro caso, ambos podem atribuir Caso acusativo; e, no segundo, a morfologia do clítico impede a identificação do caso e, conseqüentemente, da estrutura em questão.³

³ A metodologia que utilizamos é sujeita a uma margem de erro, se considerarmos que os clíticos dativos podem instanciar, em alguns casos, acusativos preposicionados. No entanto, acreditamos que esse uso corresponda a uma minoria dos dados, que podem ser desambiguados quando há um DP marcado pela preposição *a*, que o clítico redobra.

3. Resultados

Os resultados serão apresentados por período e por texto. Os períodos considerados e os valores relativos à subida de clíticos são apresentados na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Distribuição da subida de clíticos com verbos causativos em PCI

	<i>ocorrências de subida</i>		<i>Total</i>
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>N</i>
T1: 1500 – 1550	174	100.0	174
T2: 1551 – 1625	176	99.4	177
T3: 1626 – 1700	88	96.7	91
T4: 1701 – 1775	176	99.4	177
T5: 1776 – 1850	76	100.0	76

Não se observa mudança face à posição do clítico originário do complemento de verbos causativos. Os poucos resultados de não-subida refletem o pequeno número de clíticos referentes ao objeto do infinitivo na construção ECM, sem a presença de um sujeito encaixado. Nas subseções a seguir nos concentraremos no estudo da variação entre as construções.

3.1 Resultados por período

Considerando os critérios acima indicados para distinguir entre os tipos de construções, obtemos a quantificação apontada na Tabela 2, em que, como esperado, os dados de não-subida aparecem todos junto à construção de ECM.

Tabela 2 – Construções selecionadas por verbos causativos em PCI, por período (entre parênteses estão indicados os dados de não-subida)

	T1		T2		T3		T4		T5	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
União de Orações	143	80	107	60	45	49,5	61	34,5	30	39,5
Ambíguas	30	17	61	34	37	40,5	106	60	43	56,5
ECM	1	3	9 (1)	6	9 (3)	10	10 (1)	5,5	3	4
TOTAL clíticos	174		177		91		177		76	

A partir da tabela, observa-se que a percentagem de união de orações diminui paulatinamente de T1 até T4, parecendo sofrer uma leve recuperação em T5, de 5%. Tais resultados parecem ser inversamente proporcionais à quantidade de orações ambíguas, que chegam a um nível máximo em T4. Já a quantidade de dados claramente classificados como ECM parece manter-se mais ou menos estável, no nível de 10%. Apesar da pequena quantidade de dados, há uma participação mais clara de dados ECM a partir de T2.

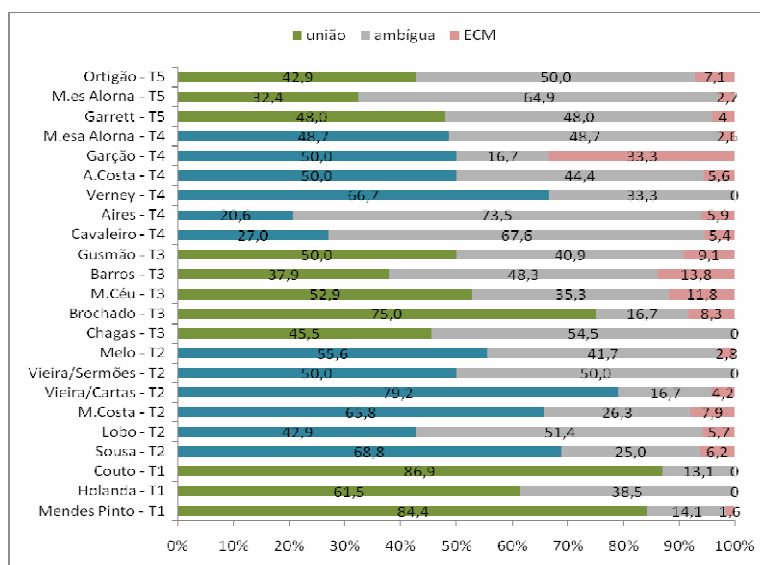
3.2. Resultados por texto

Considerando a variação entre construções, os resultados por texto apresentam grande variação entre os autores, como se observa na Figura 1. Essa figura não inclui dados referentes aos textos de Argote (n.1676) e de Bernardes (n.1644), pela inexistência, nesses textos, de dados com clíticos gerados no complemento de verbos causativos.

Tendo em conta os dados em que a opção pela “união de orações” está comprovada, parece haver uma situação de variação com uma tendência geral de diminuição na formação de predicados complexos. Mendes Pinto (n.1510) e Couto (n.1542) têm índices de uso de “união de orações” muito próximos, em torno dos 85%, porém seu contemporâneo Holanda (n.1517) tem um índice de 61,5%. Os autores de T2 apresentam uma variação maior no índice de “união de orações”, e uma percentagem de ECM que varia de 0% a 7,9%. Há uma variação ainda significativa em T3 e em T4. Já antes de T5, com António da Costa (n.1714), os valores de “união de orações” parecem se estabilizar entre 40% e 50%. A exceção a esse padrão é o M.^{es} de Alorna, que apresenta 32,5% de dados comprovadamente de “união de orações”.⁴ Aires é o autor com menor índice (20,6% de dados não-ambíguos de “união de orações”).

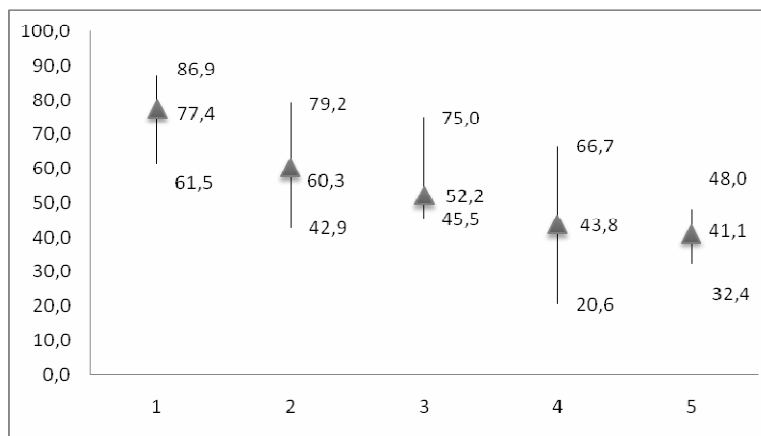
⁴ Garção e Verney foram os autores que menos usaram construções causativas com clíticos (menos de 10 ocorrências). Atribuímos a isso o valor destoante de ECM (33,3%) encontrado com Garção.

Figura 1 – Construções selecionadas por verbos causativos no PCI por texto



Na Figura 2 abaixo temos uma visão geral da amplitude de variação e média em cada período. Podemos notar que, semelhantemente ao encontrado com os dados de subida de clíticos com “reestruturação”, em T4 a variação alcança um nível máximo e em T5 a identificação da “união de orações” passa a ser um fenômeno marcado.

Figura 2 – Amplitude de variação e média de uso de “união de orações” no PCI, por período



Em síntese, os dados apresentados na presente seção mostram que clíticos não-alçados no complemento de verbos causativos eram um fenômeno muito raro, durante todo o PCI. No entanto, se tomarmos os resultados referentes às construções selecionadas pelos verbos causativos, podemos perceber uma tendência de diminuição, pois os predicados complexos se manifestam em pelo menos 85% dos casos, no período T1, e terminam no

período T5 com cerca de 50% dos casos (sem considerar os dados ambíguos com a construção ECM).

4. Discussão

Os resultados obtidos dialogam com as previsões feitas por Martins (2004), que identifica a tendência ao uso do infinitivo não-reduzido a partir do século XVI (com estrutura funcional mais complexa). Martins atribui a seguinte motivação para o uso de infinitivos flexionados no complemento de verbos causativos: haveria ambiguidade entre infinitivo flexionado e não-flexionado, especialmente em construções coordenadas com elipse do verbo causativo, pois até o século XVI o infinitivo flexionado independente era ainda muito encontrado.

- (11) a. e sobre todo esto mandamus e houtorgamus que se algũu de nos ueher que aquesta
nossa partizõ queyra britar ou desfazer, peyte áá outra parte aguardante. C. mrs.
uelhus da moheda corredia en Portugal **e o prazo ficar en sa forteleza** e uala pera
todo senpre (Documento notarial, ano de 1287. Maia 1986: 250. Cf. p. 763)
- b. mandamos peytar àà parte aguardante C maravedis
e [o prazo ficar en sa forteleza]

(MARTINS 2004 (35))

No exemplo (11)b acima, composto a partir de (11)a, o constituinte entre colchetes pode ser interpretado como um uma oração independente de infinitivo flexionado com valor optativo,⁵ ou como uma oração dependente com infinitivo flexionado e elipse do verbo causativo. A partir de construções como essas o infinitivo flexionado (e a construção ECM) teriam sofrido extensão para o complemento de verbos causativos e perceptivos. Essa ambiguidade teria se expandido para outros contextos, nomeadamente aqueles em que o infinitivo é selecionado por um verbo de “reestruturação”.

Nosso estudo não inclui verbos no infinitivo flexionado, pois esse é um contexto em que a subida do clítico é impossível. No nosso caso, é a ambiguidade entre “união de orações” e “marcação excepcional de Caso” que seria responsável pela dificuldade de

⁵ Essa interpretação também é possibilitada pela exiguidade de uso dos sinais de pontuação, em alguns textos do português antigo, combinada com o uso da conjunção *e* como advérbio introdutor de orações (cf. Ribeiro 1995). “C maravedis” indica cem unidades de moeda.

identificação de estruturas em que o infinitivo é pessoal, porém não-flexionado.⁶ Nosso trabalho com os dados do corpus, confirmada por observação de Trannin (2009) – que estuda as construções causativas também sem clíticos – mostra que não há um aumento do uso de infinitivos com flexão explícita. Portanto, a teoria de Martins (2004) poderia explicar o surgimento da construção, mas não a implementação da mudança, a menos que esta seja reenquadrada em termos de uma preferência de uso de estruturas ambíguas com infinitivo não-flexionado como casos de infinitivo pessoal (ECM), em vez de casos de “união de orações”.

A razão pela qual esperaríamos uma preferência pela construção ECM é obscura, apesar de podermos intuí-la a partir dos dados do PE. Segundo Roberts (2007), dados ambíguos favorecem a mudança na direção da opção não-marcada. Se isso é verdade, por que a oração infinitiva com uma estrutura funcional mais enriquecida seria não-marcada face à outra opção, ou seja, a oração infinitiva reduzida?

Tendo em conta os dados do PE, há razões para se esperar que a “união de orações” seja uma construção marcada face a ECM com os verbos causativos, pois, como observam Gonçalves & Duarte (2001):

- (i) A construção *fazer-por* não é mais utilizada em PE;
- (ii) A construção *fazer-infinitivo* só é plenamente aceitável se o causado estiver cliticizado, como demonstra o exemplo abaixo.

- (12) a. ?O professor deixou tossir os miúdos antes de lhes fazer a pergunta.
 b. O professor deixou-os tossir antes de lhes fazer a pergunta.

(GONÇALVES & DUARTE 2001: 657 (5)b, (6)b)

Pelo relato de Duarte (2003), sabemos também que os perceptivos só permitem a “união de orações” em contextos em que o verbo do domínio encaixado é intransitivo (inergativo ou inacusativo), enquanto a construção ECM tem aceitação com qualquer verbo, como mostram os contrastes em (13) e (14).

⁶ O infinitivo pessoal é aquele que tem um sujeito especificado, sem flexão, e está disponível em outras línguas românicas, como o castelhano:

(i) Antes de actuar Caballé, el publico estaba expectante. (Sitaridou 2000:63 (1))
 Antes de atuar Caballé o público estava expectante
 ‘Antes de Caballé atuar, o público estava ansioso’

(13) a. As pessoas, com as chuvas, viram cair flocos de neve...

b. *O professor viu concluir o trabalho aos alunos.

(14) a. O professor viu [os alunos concluir o trabalho].

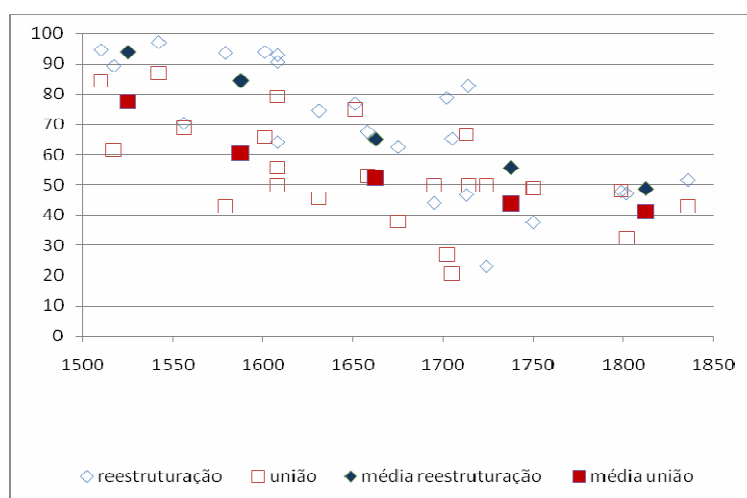
b. O professor viu [os alunos concluírem o trabalho].

(DUARTE 2003: 650 (40)b, 651 (41)b, (42)b, (43)b)

Por essas razões, faz sentido considerar, pelo menos para o final do PCI, as orações ambíguas juntamente com casos de ECM.

Isso dito, fica ainda a questão de respondermos se de fato a queda observada na união de orações está relacionada à queda na subida de clíticos. Caso positivo, que modelo explicativo permite explicar esse fato? Para tanto, apresentamos na Figura 3 uma comparação dos valores de subida de clíticos com reestruturação e de união de orações (eliminando os dados ambíguos), por autor e por média (considerando ainda os períodos T1 até T5).

Figura 3 - Comparação entre formação de “união de orações” e manifestação da reestruturação por subida de clíticos no PCI



Como devemos interpretar a queda na formação da “união de orações”? De fato, devemos reconhecer a diferença de seleção de complementos reduzidos e não-reduzidos com os verbos causativos, semelhantemente ao que sugere Martins (2004), pois consideramos as seguintes estruturas para a união de orações e para ECM:

(15) a. [_{vP} v [_{InfP} Inf [_{RootP} V_{inf}]]]

b. [_{TP} T_{def} [_{vP} v [_{InfP} Inf [_{RootP} V_{inf}]]]]

Em (15)a, representação da “união de orações”, o núcleo Inf, responsável pela atribuição da morfologia de infinitivo ao verbo, tem valor nominal. Quando ocorre logo acima de “Root”, que é projeção da raiz sem categoria morfológica (cf. Marantz 1997), confere valor nominal ao domínio infinitivo. Dessa forma, InfP (incluindo o verbo infinitivo e seu argumento interno) se move para o especificador mais externo de *v*, como num *object shift*, gerando a ordem verbo regente – verbo infinitivo – argumento interno – causado, como mostrado em (16). Se é verdade que InfP é tomado como um argumento de *v*, espera-se que ele possa ser substituído por um argumento DP. De fato, é esse o resultado que encontramos em outra aceção dos verbos causativos, quando são usados como verbos triádicos, como se vê em (17).⁷

(16) João mandou escrever a composição_{AI} aos alunos_{causado} [= (28)a]

(17) a. Fiz/ mandei/ deixei [_{InfP} escrever o trabalho] [ao menino].

b. Fiz/ mandei/ deixei [_{DP} a carta] [ao menino].

Já no caso de ECM em (15)b, *v* não apresenta o traço EPP que leva ao movimento do tipo *object shift*, por hipótese devido à seleção por um T defeitivo. Dessa forma, o DP referente ao argumento interno, quando existente, pode ser licenciado por *Agree* com *v*, e recebe Caso acusativo desse elemento, de onde derivamos a possibilidade de o clítico não ser alçado. A outra diferença da estrutura ECM acima face àquela proposta para a “união de orações” diz respeito à própria projeção de T_{def}, com o conjunto de traços {u[φ], u[D]}, que exige o movimento do DP_{causado} até seu especificador, e impede o movimento do complexo verbal. Dessa forma, só o clítico referente ao causado (o argumento externo do infinitivo) poderá sofrer movimento para o núcleo de T_{def}, e daí, ser excorporado para o *v* do domínio superior, visto que o clítico referente ao argumento externo já terá sofrido *Spell-out* a essa altura.

Como o complemento infinitivo pode ter dois valores, a conexão com a estrutura informacional deve ocorrer de maneira mais indireta do que no caso da “reestruturação”. A ativação da periferia esquerda da sentença na frase em questão é neutra quanto à seleção de uma estrutura reduzida ou não-reduzida. Na verdade, esse é um resultado esperado se o núcleo funcional do domínio finito que atrai o clítico do domínio infinitivo é *v*, e não T. Sobre

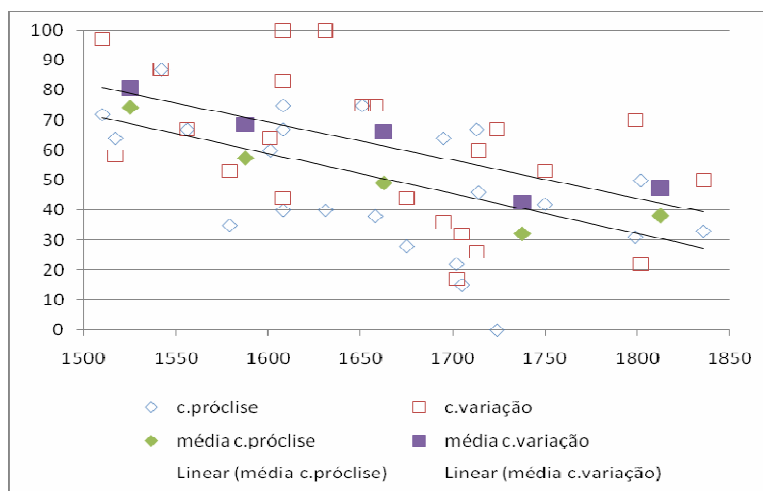
⁷ Isso permite explicar com naturalidade outra diferença entre verbos de “união de orações” e verbos de “reestruturação”, pois aqueles sempre permitem a passiva matriz, enquanto estes variam quanto a esse aspecto:

(i) Este livro foi mandado ler ao Mário pelo João.

(Gonçalves 1999:72 (101)b)

isso, verifique os resultados de formação de união de orações separados entre os contextos de próclise categórica e os contextos de variação, na figura abaixo:

Figura 4 - Formação de “união de orações” de acordo com o contexto sintático no PCI
(dados com verbos causativos, sem contexto de ênclise)



Por outro lado, a subida de clíticos com os verbos de “reestruturação” apresenta resultados bastante diferentes de acordo com o contexto de colocação de clíticos: no contexto de variação, a queda na subida de clíticos é muito mais clara, o que é reflexo de mudanças na estrutura informacional, ou seja, alterações na forma como a sintaxe veicula valores discursivos. Uma vez que o estatuto de proclisador está relacionado à focalização, e sabemos que o fronteamto de foco sofreu sucessivas restrições na história do português, pode-se compreender a conexão mencionada com a estrutura informacional.

A mudança no fronteamto de constituintes, se interpretada em termos da perda de um parâmetro V2, confere a explicação necessária para a relação entre a “união de orações” e a “reestruturação”. Por outro lado, ocorre a queda na seleção de estrutura reduzida condizente com a “união de orações”, por parte dos verbos causativos (e perceptivos). Como se sabe, a perda de V2 leva à fixação do sujeito em Spec,TP, independentemente de seu estatuto informacional na sentença (cf. Kiparsky 1997 para essa observação na história do inglês). Portanto, esperamos que a mudança sintática ocorrida no século XVIII se reflita no domínio dos verbos infinitivos, que passam a ter, como opção não-marcada, pelo menos TP (se não tiverem também CP).

Uma possível crítica à ideia exposta acima diz respeito à curva de mudança, que se inicia bem antes que o século XVIII. Podemos atribuir essa diferença de *timing* da

mudança à influência dos dados ambíguos entre “união de orações” e ECM, que tenderiam a favorecer uma análise em termos de “união de orações” no primeiro período do PCI. Nesse sentido, a Figura 3 estaria enviesada, pois favorece a análise ECM para os dados ambíguos de verbos causativos em todas as épocas. Uma evidência que pode ser aduzida a favor dessa ideia é a quantidade de uso de *mandar* seguido por um CP finito em cada um dos períodos, como se nota na Tabela 3 (PCI I agrupa os dados de 1500 a 1700, e PCI II, de 1701 a 1850).

Tabela 3 – Seleção de CP finito por *mandar* no PCI I e no PCI II

	PCI I	PCI II
“mandar que”	38 (13,1%)	10 (19,6%)
“mandar” (total)	289	51

Apesar de o número total de ocorrências ser maior no PCI I (que pode ser atribuído aos assuntos de que tratam os textos) a percentagem de *mandar que* sobre o total de casos de *mandar* aumenta no PCI II. Se a seleção de um CP finito e de um TP infinitivo são fatos paralelos, ou seja, remetem à seleção de um complemento oracional pelos verbos causativos, espera-se que, quando esse complemento for infinitivo, ele seja interpretado como uma forma nominal, não como uma forma verbal, no PCI I. O uso muito restrito do infinitivo flexionado também favorece esse tipo de interpretação.

5. Considerações Finais

A mudança na expressão da união de orações no complemento de verbos causativos no português clássico sofreu progressiva diminuição. Tal diminuição está, de fato, relacionada àquela que se manifesta com os verbos de “reestruturação”, porém não devido ao fato de que em ambos os contextos o complemento infinitivo tornou-se mais enriquecido em termos de categorias funcionais, mas devido à mudança sintática observada em Galves, Britto & Paixão de Sousa (2005) e usualmente identificada como a perda do parâmetro V2 no português. Dessa forma, a estrutura ECM é privilegiada, pois apresenta uma posição fixa em que o sujeito lexical é licenciado. A aparente correlação entre a implementação das duas mudanças se deve ao fato de que a análise dos dados ambíguos teria sofrido uma reanálise por abdução: até o século XVII, tais dados receberiam a análise não-marcada como “união de orações”; a partir do século XVIII, a análise não-marcada seria ECM.

REFERÊNCIAS

- AISSSEN, J. L.; PERLMUTTER, D. M. Clause reduction in Spanish. In: PERLMUTTER, D. M. (ed.) **Studies in Relational Grammar 1**. Chicago: The University of Chicago Press, 1983 [1976], p. 360-403.
- BRITO, A. M.; DUARTE, I.; MATOS, G. Tipologia e distribuição das expressões nominais. In: MATEUS, M. H. M. et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003, p. 795-867.
- DUARTE, I. Subordinação completiva – as orações complexas. In: MATEUS, M. H. M. et al. (orgs.) **Gramática da Língua Portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003, p. 593-651.
- GALVES, C.; BRITTO, H.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. The Change in Clitic Placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. **Journal of Portuguese Linguistics** 4: 1, p. 39-67, 2005.
- GONÇALVES, A. **Predicados complexos verbais em contextos de infinitivo não preposicionado do Português Europeu**. Tese (Doutorado em Linguística). Lisboa: Universidade de Lisboa, 1999.
- GONÇALVES, A.; DUARTE, I. Construções causativas em português europeu e em português brasileiro. In: **Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. Lisboa: APL, 2001, p. 657-671.
- KAYNE, R. **French syntax: the transformational process**. Cambridge, MA: MIT Press, 1975.
- KIPARSKY, P. The rise of positional licensing. In: VAN KEMENADE, A.; VINCENT, N. (eds.) **Parameters of morphosyntactic change**. Oxford: Oxford University Press, 1997, 460-493.
- MARANTZ, A. No escape from syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. **Penn Working Papers in Linguistics** 4:2, 1997, p. 201-225.
- MARTINS, A. M. Ambiguidade estrutural e mudança linguística: A emergência do infinitivo flexionado nas orações complementos de verbos causativos e perceptivos. In: BRITO, A. M., FIGUEIREDO, O.; BARROS, C. (eds.) **Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa: Actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva**. Porto: Secção de Linguística do Departamento de Estudos Portugueses e de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 197-225.
- RIBEIRO, I. M. O. **A sintaxe da ordem no português arcaico; o efeito V2**. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: Universidade estadual de Campinas, 1995.
- RIZZI, L. **Issues in Italian Syntax**. Dordrecht: Foris, 1982.
- ROBERTS, I. **Diachronic Syntax**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- SITARIDOU, I. **The Synchrony and Diachrony of Romance Infinitives with Nominative Subjects**. Tese (Doutorado em Linguística). Manchester: University of Manchester, 2002.
- TRANNIN, J. B. A sintaxe do infinitivo com verbos causativos na história do português europeu. **Anais do SETA** 3, 2009, p. 522-531.

ANEXO

Textos-base para composição do corpus de causativas, disponíveis no *Corpus Tycho Brahe* (<http://www.iel.unicamp.br/tycho/~corpus>), com a data de nascimento do autor

- 1) Mendes Pinto, Fernão. (1510) *Perigração*.
- 2) Holanda, Francisco de. (1517) *Da Pintura Antiga*.
- 3) Couto, Diogo do. (1542) *Décadas*.
- 4) Sousa, Frei Luís de. (1556) *A Vida de D. Frei Bertolameu dos Mártires*.
- 5) Lobo, Francisco Rodrigues. (1579) *Côrte na Aldeia e Noites de Inverno*.
- 6) Costa, Manuel da. (1601) *Arte de Furtar*.
- 7) Vieira, António. (1608) *Cartas do Padre António Vieira*. Tomo I.
- 8) Vieira, António. (1608) *Sermões*.
- 9) Melo, Francisco Manuel de. (1608) *Cartas Familiares*.
- 10) Chagas, António das. (1631) *Cartas Espirituais*.
- 11) Bernardes, Manuel. (1644) *Nova Floresta*.
- 12) Brochado, José da Cunha. (1651) *Cartas*.
- 13) Céu, Maria do. (1658) *Rellação da Vida e Morte da Serva de Deos a Venerável Madre Elenna da Crus*.
- 14) Barros, André de. (1675) *Vida do Apostolico Padre António Vieira*.
- 15) Argote, Jeronymo Contador de. (1676) *Regras da Lingua portugueza, espelho da lingua latina*.
- 16) Gusmão, Alexandre de. (1685) *Cartas*.
- 17) Cavaleiro de Oliveira, Francisco Xavier. (1702) *Cartas*.
- 18) Aires, Matias. (1705) *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens e Carta sobre a Fortuna*.
- 19) Verney, Luís António. (1713) *Verdadeiro Método de Estudar*.
- 20) Costa, António da. (1714) *Cartas do Abade António da Costa*.
- 21) Garção, Correia. (1724) *Obras Completas*.
- 22) M.^{esa} de Alorna. (1750) *Inéditos. Cartas e Outros Escritos*.
- 23) Garrett, Almeida (1799). *Viagens na Minha Terra*.
- 24) M.^{es} de Alorna. (1802) *Memórias do Marquês da Fronteira e d'Alorna*.
- 25) Ortigão, Ramalho. (1836) *Cartas a Emília*.